

Funaro insiste em tratamento diferenciado do FMI

RIBAMAR OLIVEIRA
Enviado especial

WASHINGTON — Depois de um encontro de mais de uma hora ontem com o Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, voltou a insistir na tese de que o Brasil deseja um "tratamento diferenciado" por parte da comunidade financeira internacional, porque já realizou importantes ajustes internos e externos.

Funaro deixou claro também que o País continuará mantendo com o

FMI apenas o relacionamento previsto no Artigo 4.º dos Estatutos da instituição, que dispõe que os países membros são obrigados a prestar informações sobre suas políticas econômicas e a receber missões técnicas. Essa posição significa que o Brasil não está disposto a recorrer ao FMI como condição para um acerto de sua dívida externa.

O relatório de avaliação que o FMI está fazendo sobre a economia brasileira ainda não está pronto, informou Funaro. O Ministro admitiu que o FMI deverá apresentá-lo aos bancos credores brasileiros, mas atribuiu essa iniciativa à própria dire-

ção do Fundo. Embora tenha dito que não teve conhecimento do teor desse documento, Funaro afirmou que as conversas com os técnicos do Fundo, foram bastante favoráveis e produtivas.

Durante a sua conversa com Larosière, o Ministro Funaro demonstrou a sua preocupação com os atuais rumos da economia mundial e disse esperar que ocorra no futuro "uma reversão desse quadro, com a redução dos juros e com a ampliação do comércio". O Ministro da Fazenda aproveitou o encontro também para fazer um relato a de Larosière sobre os encontros que manteve na sema-

na passada com os representantes dos governos e dos bancos europeus.

Funaro explicou que a posição brasileira continua sendo a de que o problema da dívida externa deve receber um tratamento "caso a caso", conforme os próprios países desenvolvidos e os banqueiros internacionais defenderam por ocasião da primeira reunião do Grupo de Cartagena. Raciocina o Ministro da Fazenda que hoje os avanços obtidos pela economia brasileira já possibilitam que o País consiga renegociar sua dívida externa sem ter que se submeter a condições, que representem interferências na adoção de políticas de ajustes.